



Em defesa dos serviços públicos, mobilização dos servidores por condições de trabalho e reposição salarial



O governo Bolsonaro tem atuado de forma ofensiva contra os serviços públicos, num processo acelerado de retirada de direitos dos servidores: Reforma da Previdência, privatizações e a precarização das condições de trabalho são as estratégias do governo para destruir o Estado e entregar à iniciativa privada o controle dos serviços que atendem à população. Para aprofundar o desmonte, os governistas ainda querem aprovar a Reforma Administrativa, por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32.

Como forma de enfrentar essa pauta, servidores públicos de todo o Brasil prometem organizar uma mobilização nacional em defesa do direito constitucional ao reajuste salarial, negado pelo presidente no orçamento de 2022. A reivindicação imediata é de uma reposição de 19,9% nos salários. No entanto, há categorias cuja corrosão inflacionária nos salários chega a 29%. A agenda de lutas prevê a realização de Assembleias e plenárias das categorias com indicativo de Greve Nacional dos Servidores Públicos a partir de 09 de março.

Em um governo marcado por denúncias de corrupção e inflação galopante, a população perde o poder de compra com a defasagem salarial e o aumento do desemprego. Enquanto Bolsonaro destina bilhões para emendas do orçamento secreto, se recusa a dar a reposição salarial dos servidores públicos, além de atacar carreiras e direitos historicamente conquistados. Só há previsão de reajuste salarial para as categorias de segurança, dentre elas os policiais militares, braço armado do Estado e, majoritariamente, base eleitoral do governo.

É urgente organizar a luta contra os desmandos do governo Bolsonaro, que tem por objetivo destruir os serviços públicos em nome dos interesses de empresários bilionários, enquanto pavimenta o caminho para sua reeleição, favorecendo grupos que o apoiam. A mobilização dos servidores públicos favorece toda a classe trabalhadora que vem sendo privada de direitos básicos, como Saúde e Educação de qualidade. Defender os serviços públicos é defender a classe trabalhadora e seus direitos.

Pandemia aprofunda desigualdade entre trabalhadores da Saúde



Uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), intitulada “Os trabalhadores invisíveis da Saúde: condições de trabalho e saúde mental no contexto da Covid-19 no Brasil”, revelou a dura realidade de pessoas marcadas pela ausência de direitos sociais e trabalhistas. A pesquisa analisou as condições de vida, o cotidiano do trabalho e a saúde mental de maqueiros, condutores de ambulância, pessoal da manutenção, de apoio operacional, equipe da limpeza, da cozinha, da administração e gestão dos estabelecimentos, que atuam no apoio, assistência, cuidado e enfrentamento à Covid-19 e sequer possuem “cidadania de profissional de saúde”.

A conclusão foi de que a pandemia aprofundou as desigualdades, a exploração e o preconceito sobre mais de dois milhões de trabalhadores

e trabalhadoras, de nível técnico e auxiliar, revelando que 80% deles vivem situação de desgaste profissional relacionado ao estresse psicológico, à sensação de ansiedade e ao esgotamento mental.

Além de aumentar os gastos e abrir portas para corrupção, as terceirizações na área da Saúde fazem aumentar a exploração dos profissionais que estão na base da pirâmide dos trabalhadores da Saúde. Esse é o “modelo” que se pretende para toda a classe operária e as diversas reformas, Projetos de Lei (PL), Propostas de Emenda à Constituição (PEC) etc. cumprem justamente com essa função: aumentar a exploração reduzindo salários e aumentando a precarização nas relações de trabalho.


Transformar salários em subsídios é golpe



O subsídio é uma forma de remuneração aplicada aos detentores de cargos eletivos, ministros e secretários de governos e municípios. Na sua Reforma da Previdência, aprovada em 2020, o governo de João Dória (PSDB-SP) criou a possibilidade legal de substituir salários dos servidores por subsídios. A “nova carreira” anunciada pela Secretaria de Educação, opcional para os efetivos e obrigatória para novos ingressantes, transformará salários em subsídios e, com isso, os professores deixarão de fazer jus a quinquênios, sexta-parte e outros adicionais. O tempo de serviço, e, portanto, a experiência profissional, será eliminado como fator de evolução na carreira, restando para tal, a bonificação por resultados (metas e provas anuais).

A valorização profissional passa pela valorização salarial. Temos que exigir o repasse dos 33% do reajuste do Piso Salarial Nacional para todos os integrantes da carreira do magistério, da ativa e aposentados, em forma de reajuste salarial. Não aos golpes das bonificações, gratificações e da transformação dos salários em subsídios.


VACINAÇÃO INFANTIL



QUEM AMA CUIDA E VACINA!

VACINA JÁ!

UMA CAMPANHA:



NÃO PERCA!

show de **Pisa na Fulô e TuTu com Tacacá**

no YouTube da Associação, dia 26/02, às 20hs



